

CLIPPING IMPRESSO

01/12/2021



INDICE

1. DESEMBARGADOR	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1 - 2
2. PRECATÓRIOS	
2.1. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO.....	3
2.2. JORNAL PEQUENO.....	4
3. PRESIDÊNCIA	
3.1. JORNAL O PROGRESSO.....	5
4. PUBLICIDADE LEGAL	
4.1. JORNAL PEQUENO.....	6

Políticas públicas Senado avalia PEC

Governo negocia reduzir em 10 anos o limite para pagamento de precatório

Planalto tenta acertar com senadores mudança no texto aprovado na Câmara, que prevê trava até 2036 para quitar débitos judiciais

.....

DANIEL WETERMAN

BRASÍLIA

.....

Para conseguir mais apoio à PEC dos Precatórios no plenário do Senado, o governo abriu negociação para limitar o pagamento das despesas com sentenças judiciais até 2026. O texto que foi aprovado na Câmara e que agora será votado pelos senadores determina uma trava até 2036. Parlamentares críticos à PEC admitem votar favoravelmente se essa mudança ocorrer, com a avaliação de redução dos riscos fiscais.

Se a PEC for aprovada, haverá no Orçamento de 2022 espaço para R\$ 106,1 bilhões em gastos extras. Parte dessa folga, gerada pela mudança na regra do teto (cerca de R\$ 62,2 bilhões), está carimbada para bancar o Auxílio Brasil, o novo programa social do governo. O restante da folga, aberta com o adiamento no pagamento de precatórios, não tem destinação específica. Um grupo de senadores defende que todo o espaço aberto no Orçamento seja atrelado a gastos sociais.

O relator do texto no Senado,

Fernando Bezerra (MDB-PE), não mexeu em dois pontos classificados como centrais pelo Executivo: o limite para o pagamento de precatórios e a alteração do teto de gastos, que atrela o crescimento das despesas à inflação. As mudanças dependem de aval da Câmara, mas a cúpula do Congresso poderá promulgar a parte principal logo após a aprovação no plenário do Senado, fatiando a proposta.

MUDANÇAS. O parecer aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça do Senado retirou o pagamento de precatórios ligados ao antigo Fundef (fundo de financiamento à educação anterior ao Fundeb) do teto de gastos. A medida atendeu a pedido das bancadas do PSD e do DEM, na esteira de pressão feita por governadores que aguardam por esses repasses – um total de R\$ 16 bilhões.

Pelo novo relatório de Bezerra, as despesas com o paga-

mento de precatórios do Fundef não se incluem nos limites do teto de gastos. O parecer, no entanto, mantém o parcelamento dessas despesas em três anos: 40% no primeiro ano, 30% no segundo e 30% no terceiro ano. Para 2022, a maior parte das transferências ficará garantida até 31 de agosto, ou seja, antes do período eleitoral.

Outra alteração incluiu os precatórios de natureza alimentícia na lista de prioridade de pagamento, colocando idosos, pessoas com deficiência e portadores de doença grave na frente da fila, logo após os repasses para as requisições de pequeno valor (que são dívidas de até R\$ 60 mil).

A CCJ promoveu uma alteração para deixar claro que o limite imposto pela PEC valerá apenas para o pagamento de precatórios, e não para a expedição de decisões judiciais – a Justiça continuará sem limites para determinar o pagamento das dívidas, mas a trava estará no Orçamento.

A alteração foi solicitada pelo líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), que citou risco de o dispositivo gerar uma “fila de precatórios” no Judiciário. Com isso, os senadores querem diminuir o risco de a PEC ser derrubada no Supremo Tribunal Federal (STF) por interferir no volume de decisões do Judiciário. ●

.....

Concessão

R\$ 16 bi aguardados por Estados, que cobram recursos do antigo Fundef, ficaram fora do teto de gastos no parecer aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça

Estudantes entregam kit antirracista ao presidente do TJMA



Fotos: Divulgação: Ribamar Pinheiro

O objetivo da visita é fortalecer as ações afirmativas de combate ao racismo e divulgar o projeto Black Lives Matter - Vidas Negras Importam

Como parte da programação alusiva ao Dia da Consciência Negra - “Para além do dia 20 de novembro”, alunos, alunas, professores e professoras do Centro de Ensino Lúcia Chaves, escola pública localizada no bairro Vila Esperança, zona rural de São Luís, realizaram uma visita ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Lourival Serejo, nesta terça-feira (30), e fizeram a entrega de um kit antirracista a ele.

A iniciativa é mais uma ação do Comitê de Diversidade do TJMA. O objetivo da visita é fortalecer as ações afirmativas de combate ao racismo e divulgar o projeto “Black Lives Matter - Vidas Negras Importam”, desenvolvido pelos alunos da escola. Na ocasião, o presidente Lourival Serejo recebeu dos alunos um kit pedagógico antirracista contendo uma cartilha, dicionário bilingue, gibi e jogos, feito pelos estudantes.

Sobre o racismo e a luta para combatê-lo, o presidente deixou um recado para os estudantes de resistência e recordou da história de Maria

Firmina dos Reis, citando que ela é um exemplo de determinação. “Enfrentem as situações adversas e de preconceito que vocês encontrarem com altivez. Não deixem que alguém vitimize vocês, que ofendam a dignidade de vocês por preconceito. Vocês têm que ter a coragem de se afirmar, porque isso é algo que temos que lutar cotidianamente. E a perspectiva para se afirmar é pelo estudo. Maria Firmina, por exemplo, pobre, negra, descendente de escravos, foi a primeira mulher professora e passou num concurso”, lembrou o presidente.

O presidente do TJMA aproveitou a conversa com os alunos e alunas para explicar a respeito do papel do juiz na sociedade, bem como a estrutura do Poder Judiciário. “É muito importante vocês estejam no Tribunal, no templo maior da justiça. Nós temos desembargadores que vieram da pobreza extrema: casa de palha, de barro, mas chegaram aqui ao Tribunal. No judiciário, você tendo estudo, esse poder é aberto a todos, porque o ingresso é por concur-

so. Por isso, estudem muito”, enfatizou Lourival Serejo.

A estudante Emanuelle Soares, que interpretou Maria Firmina dos Reis, destacou a importância da visita ao Tribunal. “Esse momento vai contribuir muito para o meu aprendizado e o de todos. Nunca imaginamos que o nosso projeto teria tanto reconhecimento e repercussão. Vir para cá é um prazer. Nunca imaginaríamos que iríamos conhecer juizes e todo o Tribunal de Justiça”, destacou Emanuelle Soares

O projeto trabalha a questão da justiça e do respeito, por isso a visita realizada ao tribunal é um momento valioso, conforme a coordenadora da escola e do projeto, Marcélia Leal. “Esse espaço veio para culminar com todo o trabalho que a gente vem desenvolvendo desde o ano passado. Estar neste local significa promover aos nossos alunos esse espaço de reconhecimento e referência, porque agora eles têm outra visão do que é um espaço que eles podem frequentar”, pontuou.

Além de conhecerem as

dependências do prédio-sede do TJMA, os alunos também visitaram o Museu e o Fórum de São Luís. “Estamos oportunizando essa ocasião, dentro do mês da Consciência Negra, encerrando a programação desenvolvida pelo Comitê, aos estudantes, que desenvolvem um projeto de educação antirracista. Esse momento se adequa, dentre as metas de gestão, oportunizar o acesso à justiça, sem discriminação e livre de qualquer preconceito, então nada mais justo que trazer esses estudantes que desenvolvem esse projeto para interagir com os atores do poder judiciário”, observou o coordenador do Comitê de Diversidade, juiz Marco Adriano Ramos da Fonseca.

A juíza Elaile Silva Carvalho, que também ganhou um kit, ressaltou a relevância da fala do presidente do TJMA aos estudantes. “Ver esses alunos que são provenientes de escola pública no tribunal, ouvindo as palavras do presidente Lourival Serejo é um momento ímpar para esses alunos. E, seguindo as palavras do desembargador Lourival Serejo, o Poder Judiciário é o mais democrático que existe no país. Ele falou também que qualquer pessoa, independente da origem e da cor, gênero, pode vir a ser um juiz. Então, é muito importante que eles ouçam isso do presidente do tribunal”, comentou. *(Glaucilene Oliveira - Agência de Notícias do TJMA)*

Desembargador Cleones Cunha é homenageado pela Corte Eleitoral de São Paulo

O desembargador Cleones Carvalho Cunha, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), foi agraciado com o Colar do Mérito Eleitoral Paulista, na categoria Especial Homenagem, durante sessão solene. De acordo com o presidente

do TRE/SP, desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Júnior, a homenagem é “uma manifestação formal do reconhecimento por seus méritos e relevantes serviços prestados à vivência democrática e ao processo eleitoral em todos os seus

desdobramentos”. A entrega da comenda foi comunicada ao desembargador Cleones Cunha por meio do Ofício TRE/SP nº 1854/2021, do dia 18 de novembro de 2021. Durante o evento, autoridades – dentre

ministro, juízes e desembargadores - foram homenageadas com o Colar do Mérito Eleitoral Paulista, na categoria Especial e na categoria Juízes do TRE-SP; além de servidores e servidoras, com a Medalha Ministro Mário Guimarães.

Abraço do Dia

O nosso abraço desta quarta-feira vai para o desembargador Cleones Carvalho Cunha, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que foi agraciado com o Colar do Mérito Eleitoral Paulista, na categoria Especial Homenagem. A entrega da comenda será enviada por correio tradicional.

Após novas mudanças, PEC dos Precatórios é aprovada na CCJ e segue para votação no Plenário do Senado

GIL MARANHÃO

Por 16 votos a 10, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, nessa terça-feira (30), a terceira versão do relatório apresentado pelo senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/2021, conhecida como PEC dos Precatórios. O texto seguiu para o Plenário da Casa, que deverá ser apreciado nesta quinta (2).

Qualquer que seja o resultado no Senado, por ter sofrido alterações, a matéria voltará à Câmara dos Deputados para uma nova votação, antes de ser promulgada.

Após semanas de negociações com lideranças partidárias, o governo teve que ceder em cima da hora para o texto avançar na CCJ. Líder do governo no Senado, Bezerra apresentou ontem um complemento de voto com ajustes pontuais em sua versão do texto. Mas, as mudanças não convenceram os senadores mais resistentes à proposta. A reunião foi suspensa por duas horas.



O senador Fernando Bezerra Coelho apresentou uma terceira versão do seu parecer, que foi aprovada na CCJ do Senado

No retorno, o relator apresentou novas mudanças: excluiu do teto de gastos o pagamento dos R\$ 15,6 bilhões em dívidas judiciais do Fundef com os Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Amazonas. Pela versão mais recente, o pagamento desses precatórios será parcelado ao longo dos próximos 3 anos: o governo


federal deverá pagar 40% das dívidas do Fundef em 2022; 30% em 2023; e 30% em 2024.

NATUREZA ALIMENTÍCIA

O relator ainda incluiu no seu parecer uma nova regra para o “subteto” para o pagamento de sentenças judiciais, que limita o pagamento das dívidas judiciais ao valor dessa despesa em 2016 corrigido

pela inflação. Segundo o relator, deve-se subtrair desse “subteto” a projeção para a despesa da União com precatórios de pequeno valor, que ficarão fora do limite e terão prioridade de pagamento. São eles: precatórios de natureza alimentícia - cujos titulares tenham 60 anos, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, até o valor equivalente ao triplo do montante fixado em lei como obrigação de pequeno valor; demais precatórios de natureza alimentícia até o valor equivalente ao triplo do montante fixado em lei como obrigação de pequeno valor; e demais precatórios de natureza alimentícia além do valor já descritos.

Bezerra afirmou que as negociações vão prosseguir e admitiu que poderá apresentar uma quarta versão do parecer até a votação final. “Estamos permanentemente abertos ao diálogo, ao entendimento, até o momento da votação no Plenário, porque o objetivo é construir essa maioria mais ampla”, garantiu.

	TJMA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 54/2021 Processo nº 4224/2021		
Objeto: Aquisição de peças (componentes) para os elevadores 97014 e 97015 instalados nas dependências do Fórum Des. Sarney Costa – FSDC; Reabertura: 15/12/2021 às 10:00h (horário de Brasília-DF); Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/ ; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br . Fones: (98) 3261-6181 / 6194. São Luís/MA, 29 de Novembro de 2021. Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeiro TJMA (Uasg 925125).		